



**ACÓRDÃO Nº 404/2014 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**1-Processo TCE nº 2330/2013 2 (Vols).**

**Apensos:** Processos nº 2332/2013 (2 Vols) e 2328/2013 (9 Vols).

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3-Órgão:** Fundo Municipal de Cultura e Artes - FMCA.

**4-Exercício:** 2012.

**5-Responsável:**Sra. Livia Regina Prado de Negreiros Mendes, Diretora-Presidente e Ordenadora de Despesa.

**6-Unidade Técnica:** DICA-MA – Relatório Conclusivo nº 129/2013 (fls. 317/328).

**7-Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 8653/2013-MP-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 330/331).

**8- Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual - Fundo Municipal de Cultura e Artes - FMCA.Exercício 2012.

*Contas regulares com ressalvas.  
Recomendações à origem, a Comissão de  
Inspeção e à SEMEF.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art 11, III, alínea “f”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do Voto do Exmo. Sr. Conselheiro- Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- julgar Regular com ressalvas** as Contas do Fundo Municipal de Cultura e Artes, referente ao exercício de 2012, tendo como responsável a Sra. Lívia Regina Prado de Negreiros Mendes, Diretora-Presidente da Manauscult e Ordenadora de Despesas, nos termos do art. 1.º, II, c/c o art. 58, “a”, da Lei nº 2.423/96 e art. 11, III, “a”, item 4, da Resolução TCE/AM nº 04/02, para:

**9.2- Recomendar** à origem, sob pena de aplicação de multa pela reincidência nos mesmos atos, que:

a) faça constar quantitativamente a economia proporcionada nos procedimentos de adesão às Atas de Registros de Preços de outros órgãos, demonstrando o ganho obtido face ao princípio da economicidade, bem como comprovando documentalmente a vantagem econômica na adesão, nos termos do art. 22, do Decreto nº 7.892/13;

b) observe as normas exaradas pelo Conselho Federal de Contabilidade, no que diz respeito à conciliação de contas e à regularização de pendências contábeis, respeitando ainda o art. 94, da Lei nº 2.423/96;

**9.3- Recomendar** à próxima Comissão de Inspeção que irá verificar as contas do FMCA que certifique se houve a efetiva regularização das pendências contábeis relativas ao Inventário de Bens Patrimoniais e o Balanço Patrimonial no âmbito do FMCA;



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 404/2014 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**9.4- Recomendar à SEMEF**, órgão que centraliza os pagamentos do FMCA, que observe com rigor as datas de vencimentos das faturas a serem pagas, visando evitar a incidência de juros, multas e atualização monetária, sob pena da aplicação do § 2º, do art. 20, da Lei n.º 2.423/96 ao agente causador do dano ao Erário.

**9-Ata:** 24ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**10-Data da Sessão:** 15 de julho de 2014.

**11- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Júlio Cabral, Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho.

**12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral